



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA
CNPJ: 08.924.003/0001-23

LEI Nº 263/2014.

Carrapateira/PB, em 07 de junho de 2014.

Regulamenta a política de acesso às informações públicas no âmbito do Município de Carrapateira/PB, bem como institui regras específicas complementares às normas gerais estabelecidas pela Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 – Lei de Acesso à informação pública –, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA, ESTADO DA PARAÍBA/PB, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, que em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 – Lei de Acesso à informação pública, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inc. XXXIII do “caput” do art. 5º, no inc. II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades públicas municipais promoverão, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas, recolhidos ou não a arquivos públicos.

Art. 2º. Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I. observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II. observância da política municipal de arquivos e gestão de documentos;
- III. divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- IV. utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- V. fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e contribuição para o desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, os termos informação; documento; informação sigilosa; informação pessoal; tratamento da informação, disponibilidade; autenticidade; integridade e primariedade, seguem as definições do art. 4º da Lei nº 12.527, de 2011.

CAPÍTULO II
DA INCLUSÃO

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

Art. 4º. Sujeitam-se ao disposto nesta Lei, no âmbito do Município de Carrapateira/PB:

- I. as Secretarias, Departamentos, Coordenações e demais Órgãos da Administração da Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB;
- II. as Fundações, os Institutos e demais Autarquias que sejam submetidas a administração pública descentralizada; e
- III. as entidades privadas sem fins lucrativos, no que couber, que recebam recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante auxílios, subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 5º O acesso à informação, conforme regulamentado nesta Lei, não se aplica:

- I. às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial, segredo de justiça; e
- II. a garantia das medidas de proteção aos cidadãos em situação de violência, risco de vida ou outro episódio de ameaça grave ou coação.

CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS PARA ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I Da Transparência Ativa

Art. 6º É dever dos órgãos e entidades promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, na rede mundial de computadores ("Internet"), através de sítio eletrônico, de informações de interesse coletivo ou geral por elas produzidas ou custodiadas, devendo constar, no mínimo:

- I. registro de suas competências e estrutura organizacional, dos endereços e telefones das respectivas unidades e dos horários de atendimento ao público;
- II. registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III. execução orçamentária e financeira detalhada;
- IV. informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V. dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;
- VI. remuneração dos Servidores, folha de pagamento e quadro de pessoal; e
- VII. respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 1º. As informações e documentos deverão permanecer disponíveis na Internet pelo prazo de guarda estabelecido na Tabela de Temporalidade de Documentos.

§ 2º. O sítio a que se refere o "caput" deste artigo deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II. possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III. possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV. divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V. garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI. manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

VII. indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;

VIII. adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008; e

IX. disponibilizar informações de referências e de instrumentos de pesquisa para acesso a documentos originais independente de suporte.

Art. 7º. O Departamento de Comunicação do Gabinete do Prefeito é o órgão responsável pela gestão do Portal Transparência e pela monitoria do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Finanças, através do setor de Contabilidade, é responsável por fornecer as informações referentes a receita e despesa, em tempo real; despesa de custeio; balanço das finanças públicas; diárias e passagens bancadas pela administração municipal; relatórios da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 9º A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, é responsável pela gestão das informações referentes ao quadro funcional, à folha de pagamento e à contratação de pessoal em caráter emergencial; sendo responsável por fornecer as informações no âmbito de sua competência, bem como promover a articulação e a integração com os demais órgãos da Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB, também sendo responsável por efetuar a gestão do sistema de documentação da Administração Municipal.

Art. 10. As informações relativas às licitações, a convênios ou instrumentos congêneres e à contratação de serviços terceirizados devem ser fornecidas pelos Órgãos e Entidades no âmbito de sua competência.

Seção II Da Transparência Passiva Subseção I Do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Art. 11. Fica criado o SIC no âmbito do Poder Executivo do Município de Carrapateira/PB.

Art. 12. O SIC terá como objetivos específicos:

- I. atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II. receber e protocolar pedidos de acesso à informação; e
- III. informar sobre a tramitação de documentos nas unidades.

Art. 13. Compete ao SIC:

- I. o recebimento do pedido de acesso, a emissão de protocolo deste pedido e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II. o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;
- III. o encaminhamento do pedido ao órgão e entidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber; e

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

IV. a elaboração de relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

Art. 14. O SIC será oferecido nas modalidades presencial e virtual.

§ 1º Na modalidade presencial, o SIC será operacionalizado em uma (01) unidade física identificada, de fácil acesso e abertas ao público no prédio da Prefeitura Municipal de Carrapateira, no setor de protocolo.

§ 2º Na modalidade virtual, o SIC será disponibilizado em seção específica no sítio da Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB.

Subseção II Da Ouvidoria-Geral do Município

Art. 15. Fica instituída a Ouvidoria Geral do Município de Carrapateira/PB, a qual será um órgão de caráter definitivo e administrativo, subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito, tendo como principal finalidade, promover um elo de ligação entre a população e o Poder Público Municipal.

Parágrafo Único. A Ouvidoria Municipal terá como objetivo coletar denúncias, reclamações, sugestões, elogios e demais opiniões da população quanto aos serviços prestados pela Prefeitura Municipal, abrangendo toda a Administração Pública, direta e indiretamente.

Art. 16. Para dar cumprimento na realização destes trabalhos, o Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará, através de Portaria, um Ouvidor (do Quadro de Provimento em Comissão) que se encarregará de executar os objetivos constantes do Parágrafo Único do Artigo 15 da presente Lei.

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará uma Comissão Especial de Ouvidoria Municipal, composta de no mínimo 03 (seis) membros, sendo 01 (hum) Servidor Público Municipal do quadro efetivo e 02 (dois) membros da comunidade civil, todos de sua confiança, os quais irão proceder à coleta, apuração, fiscalização e a emissão do relatório bimestral que será dirigido diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A Comissão Especial de Ouvidoria Municipal não será remunerada para executar os trabalhos pertinentes e a mesma será nomeada para um período de 12 (doze) meses, podendo ser reconduzida por igual período a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 2º. - A Comissão Especial de Ouvidoria Municipal, além de suas atribuições Conferidas no caput deste artigo, deverão proceder à divulgação dos locais onde serão instaladas urnas receptoras, bem como providenciar todo o material necessário para a participação da população.

Art. 18. Todo e qualquer cidadão do Município de Carrapateira/PB poderá entregar suas opiniões nas urnas coletoras, todavia não é necessária a sua identificação, podendo fazê-lo se assim o desejar por espontânea vontade.

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov-
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

Parágrafo Único. Havendo a identificação do cidadão e este requerer por escrito esclarecimentos do fato por ele relatado, caberá ao Chefe do Executivo Municipal fazê-lo através do SIC do município, nos prazos estipulados na Subseção IV, após a data do relatório emitido pela Comissão Especial de Ouvidoria Municipal.

Art. 19. A Ouvidoria Municipal terá como principal característica o melhoramento da qualidade no serviço público, servindo de apoio na correção das ações irregulares cometidas na esfera do poder público municipal.

Parágrafo Único. Compreendem-se esfera do poder público municipal, todos os serviços realizados pela Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB, prestados por funcionários do Quadro de Carreira, efetivos ou não, contratados e funcionários de outras esferas de governo que atuam na administração municipal.

Art. 20. Todos os atos administrativos provenientes de relatos apurados pela Ouvidoria Municipal serão de competência do Prefeito Municipal, o qual irá proceder à investigação e tomar as medidas necessárias para solucionar os problemas ali relatados.

Parágrafo Único. Todas as cartas depositadas nas urnas da Ouvidoria, após apuradas pela Comissão Especial, serão dirigidas ao Chefe do Poder Executivo Municipal através de relatório próprio.

Subseção III Da Solicitação de Acesso à Informação

Art. 21. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação por meio de formulário padrão através das modalidades oferecidas pelo SIC e receberá número do registro de protocolo.

Parágrafo único. Em casos presenciais o agente público deverá entregar cópia do pedido protocolado.

Art. 22. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I. nome do requerente;
- II. número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou número de documento válido, quando estrangeiro;
- III. especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV. endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 23. Não serão atendidos os pedidos de acesso à informação:

- I. genéricos ou desproporcionais;
- II. classificados com o grau de sigilo reservado; ou
- III. que exijam trabalhos adicionais de análise e interpretação de dados e informações.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses previstas nesta Lei, o SIC responderá ao requerente da impossibilidade de prestar a informação solicitada.

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

Art. 24. Ficam vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Subseção IV

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 25. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

Parágrafo único. Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do 1º dia do recebimento do pedido:

- I. enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II. comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III. comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV. indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V. indicar as razões da negativa do acesso.

Art. 26. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término da contagem dos 20 (vinte) dias do recebimento do pedido.

Art. 27. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos.

§ 1º. Em casos de reprodução de documentos, o órgão ou entidade, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), para que seja providenciado o ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, nos termos do Código de Tributos do Município de Carrapateira/PB.

§ 2º Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 28. Negado o pedido de acesso à informação, serão enviadas ao requerente, dentro do prazo de resposta, as seguintes informações:

- I. razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II. possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e
- III. possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação ou documento com grau de sigilo reservado.

Subseção V
Dos Recursos

Art. 29. Nos casos previstos no art. 28, incs. II e III, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, através da Comissão Especial da Ouvidoria do Município.

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

Parágrafo único. De posse deste recurso, caberá a Comissão Especial da Ouvidoria do Município autuar processo administrativo e encaminhá-lo para apreciação da Comissão de Transparência do Município, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para se pronunciar sobre a matéria do recurso.

CAPÍTULO IV DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

Seção I

Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 30. São passíveis de classificação em grau de sigilo reservado as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Município, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I. prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do Município;

II. prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros municípios, Estados e organismos internacionais;

III. pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV. prejudicar ou causar risco a projetos e plano em desenvolvimento, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico municipal, observado o disposto no art. 5º desta Lei;

V. pôr em risco a segurança de instituições ou de autoridades municipais e seus familiares; ou

VI. comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.

§ 1º. O prazo máximo de classificação do grau de sigilo reservado é de 5 (cinco) anos;

§ 2º. Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento.

Art. 31. As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e seus cônjuges e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 32. As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação de grau de sigilo e nem ter seu acesso negado.

Art. 33. As informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

§ 1º. As informações de que trata o “caput” deste artigo poderão ser divulgadas ou acessadas por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA
CNPJ: 08.924.003/0001-23

§ 2º. Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

Seção II
Dos Processos para Atribuição de Grau de Sigilo

Art. 34. A atribuição do grau de sigilo reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais é de competência das seguintes autoridades:

- I. Prefeito;
- II. Vice-Prefeito; e
- III. Secretários Municipais, Procurador Geral do Município, Titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

§ 1º. O dirigente máximo do órgão ou entidade poderá delegar, através de portaria, competência para classificação no grau de sigilo reservado a agente público designado ou nomeado para posto de confiança de nível 7 ou 8;

§ 2º Fica vedada a subdelegação da competência de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 35. A decisão de atribuir o grau de reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação (TCI), conforme modelo contido no Anexo I desta Lei.

§ 1º O TCI seguirá anexo à informação e uma cópia deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Administração.

§ 2º As razões da atribuição de grau de sigilo reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

Seção III
Da Desclassificação e Reavaliação da Informação em Grau de Sigilo Reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais

Art. 36. A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação, ou de ofício, ou pela Comissão da Transparência Municipal, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, além do disposto no art. 30 desta Lei, deverá ser observado:

- I. o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto no § 1º do art. 30 desta Lei;
- II. a permanência das razões da classificação; e
- III. a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação;

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

Art. 37. O pedido de desclassificação ou de reavaliação da classificação poderá ser apresentado à Comissão Especial da Ouvidoria do Município, independente de existir prévio pedido de acesso à informação.

Parágrafo único. O pedido de que trata o caput será endereçado à Comissão de Transparência Municipal, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 38. A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no TCI.

Seção IV Disposições Gerais

Art. 39. A Comissão de Transparência Municipal poderá sempre que necessário consultar a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 40. Cabe à Secretaria Municipal de Administração:

- I. opinar sobre a informação produzida no âmbito de sua atuação para fins de classificação no grau de sigilo reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais; e
- II. assessorar a autoridade classificadora quanto à desclassificação, reclassificação ou reavaliação de informação classificada em grau de sigilo reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais.

Art. 41. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em grau de sigilo reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, sem prejuízo das atribuições de agentes públicos autorizados por lei.

Art. 42. As autoridades do Poder Executivo Municipal adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações classificadas em grau de sigilo reservado ou de Acesso Restrito às Informações Pessoais.

Parágrafo único. A pessoa natural ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público Municipal, executar atividades de tratamento de informações classificadas, adotarás as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações.

Art. 43. A Secretaria Municipal de Administração, publicará anualmente, em sítio na "Internet":

- I. rol das informações desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;
- II. rol das informações classificadas em grau de sigilo reservado, que deverá conter:
 - A. código do plano de classificação de documentos;
 - B. Série e Subsérie na qual se enquadra a informação; e
 - C. data da produção, data e prazo da classificação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração, deverá manter em meio físico, no seu poder, as informações previstas neste artigo, para consulta pública, bem como extrato com o rol de documentos, dados e informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA
CNPJ: 08.924.003/0001-23

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA

Art. 44. Fica instituída a Comissão de Transparência em caráter permanente no Município de Carrapateira/PB.

Art. 45. A Comissão de Transparência contará com representantes dos seguintes órgãos:

- I. 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal de Administração;
- II. 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Departamento de Recursos Humanos;
- III. 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal de Finanças;
- IV. 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Departamento de Tributos;
- V. 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Gabinete do Prefeito;

Art. 46. A Coordenação da Comissão de Transparência será de competência do Representante da Secretaria Municipal de Administração, e na sua ausência pelo Representante do Departamento de Recursos Humanos,

Art. 47. Quando necessário poderá a Coordenação da Comissão de Transparência convidar representantes de outros órgãos e entidades para participarem das reuniões da Comissão.

Art. 48. Compete à Comissão de Transparência:

- I. a avaliação, em grau de recurso, do pedido de acesso a informação classificada como sigilosa ou pessoal;
- II. a indicação, ao titular do órgão ou entidade, de abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade pelo não atendimento do disposto nos arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 12.527, de 2011, nos termos do art. 50 desta Lei;
- III. o acompanhamento e avaliação das informações constantes no Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB – no site: www.carrapateira.pb.gov.br;
- IV. o acompanhamento periódico dos pedidos de informação, do conteúdo das respostas geradas, bem como do tempo para atendimento dos Pedidos de Informações;
- V. propor e realizar estudos, cursos, seminários ou conferências em parceria com outras áreas, órgãos ou entidades, visando fomentar e fortalecer a cultura da transparência e de acesso à informação dentro do Município; e
- VI. estabelecer seu regimento interno, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei.

CAPÍTULO VI
DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 49. As entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos públicos para realização de ações de interesse público deverão dar publicidade às seguintes informações:

- I. cópia do estatuto social atualizado da entidade;
- II. relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;

§ 1º. As informações de que trata este artigo serão divulgadas em seção específica do Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB, obrigatoriamente.

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br-
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

§ 2º As informações de que trata este artigo deverão ficar disponíveis ao acesso público em suas respectivas sedes.

CAPÍTULO VII DAS RESPONSABILIDADES

Art. 50. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, tenha acesso à informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido, nos termos dos arts. 32 a 34 da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

§ 2º Os funcionários municipais que descumprirem o estabelecido nesta Lei, também serão responsabilizados nos termos da Lei Complementar 001/2001, de 26 de outubro de 2001, estando sujeitos às penas previstas no Título III – Capítulo I da referida Lei.

Art. 51. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. rescisão do vínculo com o poder público;
- IV. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incs. I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inc. II deste artigo, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inc. V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inc. IV deste artigo.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inc. V deste artigo é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

CAPÍTULO VIII DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRAPATEIRA

CNPJ: 08.924.003/0001-23

Art. 52. Os titulares das Secretarias, Departamentos e Coordenações da Administração Pública Municipal e das Fundações, Associações e Cooperativas, serão responsáveis pelas seguintes atribuições:

I. assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação no âmbito das respectivas secretarias ou departamentos, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 12.527, de 2011;

II. monitorar a implantação e operação desta Lei nos respectivos órgãos, elaborando relatório anual sobre o seu cumprimento, a ser encaminhada à Comissão de Transparência, que providenciará a sua consolidação em relatório geral da Prefeitura Municipal de Carrapateira/PB, para posterior encaminhamento ao Prefeito e ao Poder Legislativo;

III. indicar servidores, para posterior designação por portaria do Prefeito, que serão responsáveis pelo recebimento dos pedidos de informações, bem como, pela validação interna das respostas a serem fornecidas e pelo cumprimento dos prazos legais nas respostas; e

IV. manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observando o disposto no art. 50 desta Lei.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53. As Secretarias, Departamentos e Coordenações da Administração Pública Municipal e das Fundações, Associações e Cooperativas adequarão suas políticas de gestão de documentos e de informações, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 54. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 55. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carrapateira – PB, em 07 de junho de 2014.

ANDRÉ PEDROSA ALVES
Prefeito Municipal.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Rua José Vieira, Nº. 57 - Centro – Carrapateira/PB – CNPJ:
08.924.003/0001-23 – CEP: 58945-000. Fone/Fax (0**83)
3553 1000/1002

prefeitura@carrapateira.pb.gov.br
www.carrapateira.pb.gov.br

